



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 78/2022

(Processo Administrativo Nº 60550.026457/2021-82)

(COMPRAS)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), por meio da Seção de Licitações, sediado no Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, Telefone (61) 3966-2407 ou 3966-2447, correio eletrônico licitacao@hfa.mil.br, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, do Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15 de março de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 24 de agosto de 2022

Horário: 09h00min (horário de BRASÍLIA-DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Material de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME, para a Seção de Gastroenterologia/Endoscopia Digestiva Alta do HFA, objetivando tratar pacientes acometidos por patologias do trato digestivo, pacientes que necessitam de intervenções cirúrgicas de urgências, emergências e eletivas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107 e 108 a participação será EXCLUSIVA a microempresas (MEE) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Os itens 109, 110, 111 e 112 são cotas reservadas para microempresas (MEE) e empresas de pequeno porte (EPP).

4.1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nã” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nã” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. Caso haja itens isentos de ICMS, as propostas deverão ser apresentadas com preços desonerados desse imposto, consoante decisão no [Acórdão Nº 1.025-TCU Plenário](#).
- 5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item **com até 2 (duas) casas decimais**;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.5. Registro do material na ANVISA (Resolução RDC nº 185-ANVISA de 22 de outubro de 2001).
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, com até 2(duas) casas decimais. (Exemplo: 1,11);
- 7.5.2. Os lances com mais de duas casas decimais serão arredondados para baixo, de forma que mantenham duas casas decimais. (Ex: Lance=R\$ 2,287; Aceito=R\$ 2,72).
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 7.26.1. no País;
- 7.26.2. por empresas brasileiras.
- 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2.2. O preço máximo fixado de que trata o item 8.2 é aquele indicado no Termo de Referência como "**valor máximo aceitável**", que é também o valor de referência.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para anexar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

8.6.1. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo pregoeiro e equipe de apoio.

8.6.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

8.6.4.1. **EMBALAGEM:** Observar se o invólucro protege adequadamente o produto/material; facilidade de abertura da embalagem sem delaminação e suas características, tais como data fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo, estão registrados de forma clara na embalagem.

8.6.4.2. **INSTRUÇÃO DE USO:** Verificar a existência de orientação/instruções de uso que orientem a utilização adequada do produto/material, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6.4.3. **PRATICIDADE:** Verificar praticidade de utilização do material.

8.6.4.4. **ACABAMENTO:** Observar qualidade do acabamento do produto/material.

8.6.4.5. **CONFORMIDADE TÉCNICA:** Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital.

8.6.4.6. **MANUSEIO:** Avaliar se o produto/material é de fácil manuseio.

8.6.4.7. **ACABAMENTO:** Observar qualidade do acabamento do produto/material.

8.6.4.8. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:** Observar se a especificação do fabricante está compatível com a finalidade e com características técnicas adequadas conforme **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES presentes no Edital**; considerar método de esterilização empregado quando for o caso.

8.6.4.9. **SEGURANÇA:** Observar se o produto propicia condições de utilização seguras segundo as normas de Boas Práticas.

8.6.4.10. **OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR:** Registrar impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião dos profissionais que realizaram o teste e se está com conformidade com a **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES** do Termo de Referência.

8.6.5. O parecer técnico e análise do material serão devolvidos pela Chefia da Seção de Gastroenterologia, que registrará em formulário o resultado da análise e os critérios observados, impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião do profissional que realizou o teste e se está em conformidade com a descrição técnica do Termo de Referência. A Chefia da Gastroenterologia atestará o produto com o nome, assinatura e data em que o parecer foi devolvido.

8.6.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos e deverão estar devidamente identificadas com nome do licitante, número do item correspondente, e dispor na embalagem às suas características, tais como, data de fabricação, prazo de validade, sua marca, nº de referência, código do produto e modelo, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.9. As amostras aprovadas ou reprovadas deverão ser retiradas pela empresa no prazo de 3 (três) dias úteis após avaliação, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.10. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, equipe técnica para apresentação e demonstração, equipamentos/instrumental, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. **REGISTRO DO MATERIAL NA ANVISA** - Os materiais licitados deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária em estrita observância aos preceitos da Lei nº 6.360/76 e de seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 8077, de 14 de agosto de 2013, atendidas, ainda, as normas expressas na Resolução RDC nº 185-ANVISA de 22 de outubro de 2001, conforme Anexo I (Termo de Referência) sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** daquele(s) item(ns). Caso o produto seja dispensado do registro a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 3 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário) conforme o artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973;

9.11.8. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela ANVISA. (Em conformidade com os artigos 2º e 50º da Lei nº 6.360/76; e § único, do artigo 3º da RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014).

9.11.9. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

9.11.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.13.1. certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

9.13.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

9.13.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. Para os itens 4, 5, 27, 50, 62, 65, 74 e 78 será exigido que a licitante comprove o fornecimento de bens em características compatíveis na quantidade mínima de 20% do item vencido pela mesma.

9.11.1.1.2. Para fim de comprovação de quantitativo constante no (s) atestado (s), quando não estiver discriminado, poderá ser através de instrumento de contrato ou Nota Fiscal ou outro documento equivalente.

9.11.1.1.3. Para efeito de comprovação de quantitativo, será admitido somatório de atestados.

9.14.1.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14.1.1. por se tratar de aquisição para pronta entrega;

14.1.2. o pagamento ao fornecedor somente ocorrerá após o recebimento definitivo do bem, não acarretando em obrigações futuras; e

14.1.3. não ser um objeto de alta complexidade.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

15.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

15.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

15.4. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, anexo II deste edital, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. A assinatura da ata, será realizada através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), conforme abaixo:

16.4.1. Cadastro de Usuário Externo no SEI do Ministério da Defesa - será encaminhado via e-mail, devendo o licitante responsável, proprietário ou representante legal realizar o cadastro do usuário.

16.4.2. Envio dos documentos digitalizados, para confirmação e liberação do cadastro no SEI.

16.4.2.1. Documentos que deverão ser enviados: Carteira de identidade (RG); Comprovante do CPF; - Comprovante de endereço residencial da pessoa física responsável pela assinatura (conta de Água, Luz, Gás ou Telefone no nome do interessado, correspondente ao último mês);

16.4.3. A Ata de Registro de Preços, será disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, para assinatura, por meio eletrônico, devendo ser ASSINADA pelo usuário externo cadastrado.

16.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do termo substituto de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- 22.4.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA, pelo prazo de até dois anos;
- 22.4.4. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@hfa.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas, sediado(a) Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900.

24.2.1. Os licitantes deverão observar o horário de expediente do HFA (08h30min às 12h00min e 13h30min às 16h30min), visando atender à recomendação do TCU no sentido de vedar a realização de atos fora do período normal de expediente do órgão.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, nos dias úteis, no horário das 08:30h às 12:00h e das 13:30h às 16:30h, mesmo endereço e

período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 25.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços; e
- 25.12.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços.

Brasília - DF, 9 de agosto de 2022.

ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES - Cel R/1 (EB)
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: 60550.026457/2021-82

1. OBJETO

1.1. A escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Material de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME, para a Seção de Gastroenterologia/Endoscopia Digestiva Alta do HFA, objetivando tratar pacientes acometidos por patologias do trato digestivo, pacientes que necessitam de intervenções cirúrgicas de urgências, emergências e eletivas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO CATMAT | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL (OBSERVAÇÕES) | CATMAT | UNIDADE DE FORNECIMENTO | COTAÇÃO MÍNIMA | VALOR UNITÁRIO VALOR DE REFERÊNCIA (MÁXIMO ACEITÁVEL) (R\$) | QUANTIDADE TOTAL | VALOR TOTAL DO ITEM (R\$) |
|------|--|--|--------|-------------------------|----------------|---|------------------|---------------------------|
| 1 | AGULHA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ ESCLEROTERAPIA VIA ENDOSCÓPICA, CERCA DE 23 G X 240 CM, CATETER EM PTFE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | AGULHA, ESCLEROSE, 23 G X 4 MM/ 230 A 240 CM, aço inoxidável, p/canal de biópsia 2,8 mm, estéril, descartável, embalagem individual. | 439898 | UND | 65 | R\$226,50 | 65 | R\$14.722,50 |
| 2 | AGULHA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ ESCLEROTERAPIA VIA ENDOSCÓPICA, CERCA DE 21 G X 200 CM, CATETER EM PTFE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | AGULHA, ESCLEROSE, 21 G X 4 MM/ aproximadamente 230 CM, aço inoxidável, p/canal de biópsia 2,8mm, estéril, descartável, embalagem individual. | 439894 | UND | 50 | R\$138,50 | 100 | R\$13.850,00 |
| 3 | AGULHA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ ESCLEROTERAPIA VIA ENDOSCÓPICA, CERCA DE 19 G X 240 CM, CATETER EM PTFE, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | AGULHA, ESCLEROSE, 19 G X 4 MM/aproximadamente 230 CM, aço inoxidável, p/canal de 2,8 mm diâmetro, estéril, descartável, embalagem individual. | 439892 | UND | 20 | R\$139,85 | 20 | R\$2.797,00 |
| 4 | LIGADURA ELÁSTICA, P/ VARIZES ESÔFAGO/HEMORROIDAS, LÁTEX NATURAL, MONTADA EM CILINDRO C/ CERCA DE 6 UNIDADES, CERCA DE 4,0 X 1,5 X2,0MM, C/ CONJUNTO APLICADOR COMPLETO, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) PARA LIGADURA ELÁSTICA DE VARIZES ESOFAGIANAS, composto por 2 tambores com, no mínimo, 6 ligas cada, sendo a penúltima liga incolor; fabricado com os seguintes materiais: polietileno, borracha de látex, vectron, poliuretano, policarbonato e/ou polisopreno. | 458243 | UND | 40 | R\$1.500,00 | 40 | R\$60.000,00 |
| 5 | CLIQUE USO CIRÚRGICO, TITÂNIO, HEMOSTÁTICO, MÉDIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CLIP METÁLICO, UTILIZADO PARA HEMOSTASIA EM ENDOSCOPIA ALTA E COLONOSCOPIA, abertura de 11 mm, pré-carregado, radiopaco e com sistema flexível, manopla de dois pontos de suporte, compatível com canal de trabalho de 2,8 mm, click audível para alerta de liberação do clip, cateter de 235 cm de comprimento, sistema que permite abrir e fechar até 05 vezes antes de ser liberado do cateter. | 443988 | UND | 100 | R\$639,00 | 150 | R\$95.850,00 |
| 6 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, | REDE COLETORA DE | 472293 | UND | 50 | R\$800,00 | 50 | R\$40.000,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|-------------|----|--------------|
| | TIPO: RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, C/ REDE COLETORA, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 30 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,0 MM X 160 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO | CORPO ESTRANHO, acoplada à alça, 230cm x 3cm de abertura. | | | | | | |
| 7 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, BIÓPSIA, CONCHA FENESTRADA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE S/ ISOLAMENTO, MANOPLA, ESTERILIZÁVEL | PINÇA PARA BIÓPSIA DE ENDOSCOPIA AUTOCLAVÁVEL tipo colher oval fenestrada sem espícula adelgada 230 cm comprimento x 2,8 cm de diâmetro. | 465211 | UND | 30 | R\$1.089,59 | 30 | R\$32.687,70 |
| 8 | CATETER, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 240 CM , TIPO " SPRAY ", P/ CANAL DE 2,8 MM DIÂMETRO | CATETER, descartável, estéril, 240 cm, tipo " spray ", p/ canal de 2,8 mm diâmetro. | 372356 | UND | 35 | R\$217,11 | 35 | R\$7.598,85 |
| 9 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 15 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 50 | R\$501,63 | 50 | R\$25.081,50 |
| 10 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 25 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 90 | R\$227,50 | 90 | R\$20.475,00 |
| 11 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 30 cm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 50 | R\$300,00 | 50 | R\$15.000,00 |
| 12 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 35 cm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 35 | R\$580,00 | 35 | R\$20.300,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|-----------|----|--------------|
| | ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | | | | | | | |
| 13 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO:ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA:OVAL, TIPO FIO:FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA:CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO:P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE:HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2:MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, com garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 15 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 20 | R\$250,00 | 20 | R\$5.000,00 |
| 14 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, com garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 25 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 20 | R\$501,63 | 20 | R\$10.032,60 |
| 15 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, com garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 30 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 20 | R\$501,63 | 20 | R\$10.032,60 |
| 16 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo oval, com garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 35 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 35 | R\$501,63 | 35 | R\$17.557,05 |
| 17 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2:MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo crescente, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro de 15 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465271 | UND | 20 | R\$501,63 | 20 | R\$10.032,60 |
| 18 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA:OVAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo crescente, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro | 465271 | UND | 20 | R\$501,63 | 20 | R\$10.032,60 |

| | | | | | | | | |
|----|---|--|-----------|-----|----|------------|----|-------------|
| | PONTA: CERCA DE 15 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | de 25 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | | | | | | |
| 19 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: HEXAGONAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 20 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo hexagonal, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 15 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465291 | UND | 20 | RS240,00 | 20 | RS4.800,00 |
| 20 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: HEXAGONAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 20 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo hexagonal, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 24 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465291 | UND | 20 | RS270,00 | 20 | RS5.400,00 |
| 21 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO:ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA: HEXAGONAL, TIPO FIO: FIO AÇO INOXIDÁVEL, MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 20 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL | ALÇA DE POLIPECTOMIA DESCARTÁVEL e estéril, tipo hexagonal, sem garras, comprimento de pelo menos 230 cm. laço com diâmetro em torno de 30 mm. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 465291 | UND | 20 | RS280,00 | 20 | RS5.600,00 |
| 22 | NÃO PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁVEL, P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 230 CM, HASTE S/ ISOLAMENTO, MANOPLA, ESTERILIZÁVEL | PINÇA DENTE DE RATO P/ RETIRADA DE CORPO ESTRANHO EM ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, comprimento: 165cm, diâmetro: 2,8 mm, abertura de mandíbula: 6,9 mm, reutilizável. | 465248 | UND | 15 | RS710,00 | 15 | RS10.650,00 |
| 23 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, JACARÉ C/ DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁVEL, P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 160 CM, HASTE S/ ISOLAMENTO, MANOPLA, ESTERILIZÁVEL | PINÇA DENTE DE JACARÉ P/ RETIRADA DE CORPO ESTRANHO EM ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA. | 465250 | UND | 15 | RS1.597,00 | 15 | RS23.955,00 |
| 24 | ESCOVA, CERDAS NYLON MACIO E FLEXÍVEL, RESISTENTE, FLEXÍVEL, SEM REBARBAS, DIÂMETRO MÁXIMO 8,9 | ESCOVA DE LIMPEZA CANAL DO ENDOSCÓPIO, com cerca de 2 mm de diâmetro, | BR0384114 | UND | 30 | RS40,96 | 30 | RS1.228,80 |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|-----------|-----|----|--------------|----|----------------|--|
| | MM, LIMPEZA DE CANULADOS, CABO MÍNIMO 120 CM | comprimento de 260 cm. descartavel. | | | | | | | |
| 25 | ESCOVA, CERDAS NYLON MACIO E FLEXÍVEL, RESISTENTE, FLEXÍVEL, SEM REBARBAS, DIÂMETRO MÁXIMO 8,9 MM, LIMPEZA DE CANULADOS, CABO MÍNIMO 120 CM | ESCOVA PARA LIMPEZA DO COLONOSCÓPIO 230 cm x 2,8 mm, diâmetro da escova 5 mm, reutilizável. | BR0384114 | UND | 60 | RS\$403,00 | 60 | RS\$24.180,00 | |
| 26 | BOCAL, COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL C/ ENDOSCÓPIO, MATERIA PRIMA: PLÁSTICO RESISTENTE, MODELO: TUBULAR RETO, COMPONENTE: C/ TIRA P/ FIXAÇÃO AJUSTÁVEL, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL | BOCAL DE ENDOSCOPIA, USO ADULTO, anatômico com presilha elástica regulável. | 475102 | UND | 50 | RS\$38,00 | 50 | RS\$1.900,00 | |
| 27 | BALÃO INTRAGÁSTRICO, RECOBERTO SILICONE, BOLSA DUPLA, 2 PAVIMENTOS, PARA TRATAMENTO OBESIDADE MÓRBIDA, ESTÉRIL, RADIOPACO, BIOCAMPATÍVEL, PARA APROXIMADAMENTE 500CC DE VOLUME | BALÃO INTRAGÁSTRICO para terapia de emagrecimento, material recoberto silicone, características adicionais bolsa dupla, 02 pavimentos, impregnada ouro, aplicação por endoscopia digestiva alta, esterilidade estéril, uso radiopaco, biocompatível, que comporte de 400 a 700 ml de volume. | 365402 | UND | 30 | RS\$3.949,50 | 30 | RS\$118.485,00 | |
| 28 | BALÃO DILATAÇÃO, BILIAR, POLÍMERO, 6 A 8 X 20 MM, CERCA DE 2,3 MM, CERCA DE 240 CM, DILATAÇÃO PROGRESSIVA, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,035", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 6, 7 e 8 mm. comprimento do balão de no mínimo 2,0 cm. pode ou não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 428316 | UND | 10 | RS\$1.320,79 | 10 | RS\$13.207,90 | |
| 29 | BALÃO DILATAÇÃO, ESÓFAGO E PILORO, POLÍMERO, 10 A 20 X 55 MM, CERCA DE 2,3 MM, CERCA DE 230 CM, DILATAÇÃO PROGRESSIVA, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,035", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm, capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 8, 9 e 10 mm. comprimento do balão de no mínimo 3,0 cm e comprimento do acessório de 240 cm. pode ou não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 428314 | UND | 10 | RS\$1.550,00 | 10 | RS\$15.500,00 | |
| 30 | BALÃO DILATAÇÃO, ESOFÁGICO, POLÍMERO, 8 A 16 X 80 MM, CERCA DE 2 MM, CERCA DE 200 CM, PONTA FLEXÍVEL ATRAUMÁTICA, P/ CANAL MÍNIMO DE 2,8 MM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm, capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 10, 11 e 12 mm. comprimento do balão de no mínimo 2,0 cm. pode ou | 428327 | UND | 10 | RS\$1.553,33 | 10 | RS\$15.533,30 | |

| | | | | | | | | | |
|----|---|---|--------|-----|----|--------------|----|---------------|--|
| | | não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | | | | | | | |
| 31 | BALÃO DILATAÇÃO, ESÔFAGO E PILORO, POLÍMERO, 12; 13,5 E 15 X 55 MM, CERCA DE 2,3 MM, CERCA DE 240 CM, DUPLO LÚMEN, DILATAÇÃO PROGRESSIVA, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,035", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm, capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 12, 13,5 e 15 mm. comprimento do balão de no mínimo 2,0 cm. pode ou não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 428302 | UND | 10 | RS\$1.400,00 | 10 | RS\$14.000,00 | |
| 32 | BALÃO DILATAÇÃO, ESÔFAGO E PILORO, POLÍMERO, 10 A 20 X 55 MM, CERCA DE 2,3 MM, CERCA DE 230 CM, DILATAÇÃO PROGRESSIVA, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,035", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm, capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 15, 16,5 e 18 mm. comprimento do balão de no mínimo 2,0 cm. pode ou não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 428314 | UND | 10 | RS\$1.600,00 | 10 | RS\$16.000,00 | |
| 33 | BALÃO DILATAÇÃO, ESÔFAGO E PILORO, POLÍMERO, 18; 19 E 20 X 55 MM, CERCA DE 2,3 MM, CERCA DE 240 CM, DUPLO LÚMEN, DILATAÇÃO PROGRESSIVA, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,035", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA DE DIÂMETROS PROGRESSIVOS, descartável e estéril, para fio guia 0.035", comprimento de trabalho de no mínimo 240 cm, capaz de dilatar em três diâmetros distintos de 18, 19 e 20 mm. comprimento do balão de no mínimo 2,0 cm. pode ou não conter marcadores radiopacos. para canal de trabalho de 2.8 mm. | 428303 | UND | 10 | RS\$1.500,00 | 10 | RS\$15.000,00 | |
| 34 | BALÃO DILATAÇÃO, PARA ACALÁSIA, POLÍMERO, 30 A 40 X 80 MM, CERCA DE 5 MM, CERCA DE 100 CM, DUPLO LÚMEN, C/ 3 MARCAS RADIOPACAS, COMPATÍVEL C/ FIO GUIA 0,047", ESTÉRIL, USO ÚNICO | BALÃO DILATADOR PARA ACALÁSIA, descartável, diâmetro do cateter introdutor em torno de 5 mm, comprimento entre 75 a 100 cm, indicado para uso com fio guia 0.035", comprimento do balão entre 8 e 9 cm e o diâmetro de insuflação do balão de 30 mm. | 428330 | UND | 10 | RS\$3.733,33 | 10 | RS\$37.333,30 | |
| 35 | MATERIAL ESPECIAL CARDIOVASCULAR, USO EM ANGIOPLASTIA, PARA CATETER BALÃO, SERINGA INSUFLADORA C/ MANÔMETRO, CONECTOR EM "Y", ROTOR, TUBO INSERÇÃO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | SERINGA PRE MONTADA, descartável e estéril, com manômetro em sua extremidade para controle da pressão ao insuflar/desinsuflar o balão dilatador hidrostático. tem medidor calibrado em atmosferas (12 atm) e quilopascals (1.216 kpa). a seringa tem marcação graduada de 0 a 50 ml. | 450266 | UND | 20 | RS\$830,00 | 20 | RS\$16.600,00 | |
| 36 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA, AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, parcialmente coberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 8 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para | 443162 | UND | 5 | RS\$3.050,00 | 5 | RS\$15.250,00 | |

| | | | | | | | | |
|----|--|--|--------|-----|---|-------------|---|-------------|
| | | reposicionamento. descartável e estéril. | | | | | | |
| 37 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, parcialmente coberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 10 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS10.060,00 | 5 | RS50.300,00 |
| 38 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, parcialmente coberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 12 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS3.050,00 | 5 | RS15.250,00 |
| 39 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA, AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, parcialmente coberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 15 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS9.800,00 | 5 | RS49.000,00 |
| 40 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, totalmente recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 8 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS3.050,00 | 5 | RS15.250,00 |
| 41 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, totalmente recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 10 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS3.050,00 | 5 | RS15.250,00 |
| 42 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, totalmente recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 12 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443162 | UND | 5 | RS10.060,00 | 5 | RS50.300,00 |
| 43 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, ESOFÁGICA , AUTOEXPANSÍVEL, NITINOL, REVESTIDO C/ SILICONE, C/ SISTEMA | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE ESÔFAGO EM NITINOL, totalmente recoberta, com diâmetro do corpo em torno | 443162 | UND | 5 | RS9.800,00 | 5 | RS49.000,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--|--|--------|-----|---|------------|---|-------------|
| | INTRODUTOR E ANTIMIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 25 MM, DE 8 A 15 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | de 20 mm e comprimento em torno de 15 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 40% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | | | | | | |
| 44 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, DUODENAL, AUTOEXPANSÍVEL, AÇO INOXIDÁVEL E NITINOL, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTI MIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 22 MM, DE 6 A 12 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE DUODENO EM NITINOL, não recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 6 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 80% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443174 | UND | 5 | RS8.666,67 | 5 | RS43.333,35 |
| 45 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, DUODENAL, AUTOEXPANSÍVEL, AÇO INOXIDÁVEL E NITINOL, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTI MIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 22 MM, DE 6 A 12 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE DUODENO EM NITINOL, não recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 9 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 80% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443174 | UND | 5 | RS9.080,00 | 5 | RS45.400,00 |
| 46 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, DUODENAL, AUTOEXPANSÍVEL, AÇO INOXIDÁVEL E NITINOL, C/ SISTEMA INTRODUTOR E ANTI MIGRAÇÃO, CORPO CERCA DE 22 MM, DE 6 A 12 CM, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA DE DUODENO EM NITINOL, não recoberta, com diâmetro do corpo em torno de 20 mm e comprimento em torno de 12 cm. colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 80% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 443174 | UND | 2 | RS9.800,00 | 2 | RS19.600,00 |
| 47 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL totalmente recoberta com diâmetro 8 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento descartável e estéril. | 407555 | UND | 2 | RS8.274,50 | 2 | RS16.549,00 |
| 48 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL totalmente recoberta com diâmetro 8 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento descartável e estéril. | 407556 | UND | 2 | RS9.800,00 | 2 | RS19.600,00 |
| 49 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL totalmente recoberta com diâmetro 10 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de | 407555 | UND | 2 | RS9.800,00 | 2 | RS19.600,00 |

| | | | | | | | | |
|----|---|---|--------|-----|---|--------------|---|--------------|
| | RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | exposição do stent para reposicionamento descartável e estéril. | | | | | | |
| 50 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL totalmente recoberta com diâmetro 10 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento descartável e estéril. | 407556 | UND | 5 | R\$11.900,00 | 5 | R\$59.500,00 |
| 51 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA PARCIALMENTE, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL parcialmente recoberta com diâmetro de 8 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407553 | UND | 2 | R\$11.900,00 | 2 | R\$23.800,00 |
| 52 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA PARCIALMENTE, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL parcialmente recoberta com diâmetro de 8 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407553 | UND | 2 | R\$11.900,00 | 2 | R\$23.800,00 |
| 53 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA PARCIALMENTE, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL parcialmente recoberta com diâmetro de 10 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407553 | UND | 2 | R\$11.900,00 | 2 | R\$23.800,00 |
| 54 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA RECOBERTA PARCIALMENTE, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8,5 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 8 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL parcialmente recoberta com diâmetro de 10 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407553 | UND | 5 | R\$11.900,00 | 5 | R\$59.500,00 |
| 55 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 8 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre | 407541 | UND | 5 | R\$3.408,18 | 5 | R\$17.040,90 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|------------|----|-------------|
| | MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | | | | | | |
| 56 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 8 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407541 | UND | 2 | RS3.408,18 | 2 | RS6.816,36 |
| 57 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 8 mm e comprimento em torno de 10 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407541 | UND | 5 | RS3.408,18 | 5 | RS17.040,90 |
| 58 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 10 mm e comprimento em torno de 6 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407545 | UND | 5 | RS3.539,22 | 5 | RS17.696,10 |
| 59 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 10 mm e comprimento em torno de 8 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407545 | UND | 5 | RS3.539,22 | 5 | RS17.696,10 |
| 60 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, ENDOSCÓPICA, AUTOEXPANSÍVEL, METÁLICA NÃO RECOBERTA, PLATINA, REVESTIDO EM NITINOL, MONTADO EM INTRODUTOR DE 8 FR, PRÉ-CARREGADO, 10 MM, 6 CM, MARCAS RADIOPACAS EM PLATINA E IRIIDIUM, ESTÉRIL, USO ÚNICO | PRÓTESE AUTO-EXPANSIVA BILIAR METÁLICA EM NITINOL não recoberta com diâmetro de 10 mm e comprimento em torno de 10 cm. para canal de 2,8 mm e colocação sobre fio guia 0,035". deve permitir ser reencapado com até 70% de exposição do stent para reposicionamento. descartável e estéril. | 407545 | UND | 5 | RS3.539,22 | 5 | RS17.696,10 |
| 61 | SONDA TRATO | CONJUNTO DE | 440103 | UND | 20 | RS903,33 | 20 | RS18.066,60 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|--------------|----|---------------|
| | DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, SILICONE, CERCA DE 20 FRENCH, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, CONJUNTO C OMPLETO P/ VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM | GASTROSTOMIA ENDOSCÓPICA PRIMEIRA PASSAGEM, material silicone, seringa, fio guia, bisturi, campo estéril, sonda de gastrostomia calibre 20 FR aplicação gastrostomia endoscópica percutânea, características adicionais tesoura, alça fria de aço. | | | | | | |
| 62 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, SILICONE, CERCA DE 24 FRENCH, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, CONJUNTO COMPLETO P/ VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM | CONJUNTO DE GASTROSTOMIA ENDOSCÓPICA PRIMEIRA PASSAGEM, material silicone, componentes seringa, fio guia, bisturi, campo estéril, sonda de gastrostomia calibre 24FR, aplicação gastrostomia endoscópica percutânea, características adicionais tesoura, alça fria de aço. | 440104 | UND | 77 | RS\$1.050,00 | 77 | RS\$80.850,00 |
| 63 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, DE TROCA, SILICONE, 18 FRENCH, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, com calibre específico de 18 fr. balão de retenção interno inflável e anel de retenção externo, conector universal para porta de alimentação e porta de medicamento. material radiopaco. uso único. estéril. | 440132 | UND | 10 | RS\$300,10 | 10 | RS\$3.001,00 |
| 64 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 20 FRENCH, CERCA 2 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, com calibre específico de 20 fr. balão de retenção interno inflável e anel de retenção externo, conector universal para porta de alimentação e porta de medicamento. material radiopaco. | 440121 | UND | 10 | RS\$263,50 | 10 | RS\$2.635,00 |
| 65 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 24 FRENCH, CERCA 2 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, com calibre específico de 24 fr. balão de retenção interno inflável e anel de retenção externo. conector universal para porta de alimentação e porta de medicamento. material radiopaco. uso único. estéril. | 440129 | UND | 50 | RS\$340,00 | 50 | RS\$17.000,00 |
| 66 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 20 FRENCH, CERCA 1,5 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 20 fr, comprimento de 0,9 a 1,5 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440120 | UND | 10 | RS\$1.145,40 | 10 | RS\$11.454,00 |
| 67 | SONDA TRATO | SONDA DE TROCA | 440121 | UND | 10 | RS\$1.145,40 | 10 | RS\$11.454,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|--------------|----|---------------|
| | DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA A, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 20 FRENCH, CERCA 2 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 20 fr, comprimento de 1,6 a 2,0 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | | | | | | |
| 68 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 20 FRENCH, CERCA 3 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 20 fr, comprimento de 2,1 a 3,0 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440122 | UND | 10 | RS\$1.102,90 | 10 | RS\$11.029,00 |
| 69 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA A, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 24 FRENCH, CERCA 1,5 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 24 fr, comprimento de 0,9 a 1,5 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440126 | UND | 10 | RS\$1.370,80 | 10 | RS\$13.708,00 |
| 70 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 24 FRENCH, CERCA 2 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 24 fr, comprimento de 1,6 a 2,0 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440129 | UND | 20 | RS\$1.037,50 | 20 | RS\$20.750,00 |
| 71 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA A, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 24 FRENCH, CERCA 3 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 24 fr, comprimento de 2,1 a 3,0 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440130 | UND | 20 | RS\$1.370,80 | 20 | RS\$27.416,00 |
| 72 | SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA A, NÍVEL DE PELE, SILICONE, 24 FRENCH, CERCA 4 CM, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL | SONDA DE TROCA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA EM SILICONE, tipo botton, à nível da pele, com calibre específico de 24 fr, comprimento de 3,1 a 4,0 cm balão de retenção interno inflável em silicone, conector universal para porta de alimentação, material radiopaco. uso único. estéril. | 440123 | UND | 5 | RS\$1.160,40 | 5 | RS\$5.802,00 |
| 73 | EXTENSOR EQUIPO SORO, P/ JEJUNOSTOMIA / | SONDA DE GASTROJEJUNOSTOMIA | 385665 | UND | 20 | RS\$110,00 | 20 | RS\$2.200,00 |

| | | | | | | | | |
|----|---|---|--------|-----|----|--------------|----|---------------|
| | GASTROSTOMIA, PVC CRISTAL, PONTA RÍGIDA ESCALONADA, CONECTOR LUER FÊMEA C/ TAMPA, P/ SONDAS C/ PROTETOR C/ ALÇA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL | 12 fr. | | | | | | |
| 74 | PAPILÓTOMO, TRIPLO LÚMEN, CORPO EM TEFLON, NARIZ CURTO, FIO CORTE MONOFIL. 20 MM, EXT. 7 FR, DISTAL 5, 5 FR, 200 CM, MANOPLA 3 PONTOS, COMPATÍVEL C/GUIA 0,035", EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL | PAPILÓTOMO TRIPLO LUMEN, ponta afilada com cerca de 5 mm de comprimento, fio de corte com comprimento de 30 mm, no mínimo 190 cm de comprimento de trabalho, diâmetro distal de no mínimo 5.0 fr com marcadores visuais para visão endoscópica. atende ao fio guia 0,035". descartável e estéril. | 306579 | UND | 50 | RS\$1.200,00 | 50 | RS\$60.000,00 |
| 75 | PAPILÓTOMO, TRIPLO LÚMEN, CORPO EM TEFLON, NARIZ CURTO, FIO CORTE MONOFIL. 20 MM, EXT. 7 FR, DISTAL 5, 5 FR, 200 CM, MANOPLA 3 PONTOS, COMPATÍVEL C/GUIA 0,035", EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL | PAPILÓTOMO TRIPLO LUMEN, ponta afilada com cerca de 5 mm de comprimento, fio de corte com comprimento de 20 mm, no mínimo 190 cm de comprimento de trabalho, diâmetro distal de no mínimo 5.0 fr com marcadores visuais para visão endoscópica. atende ao fio guia 0,035". descartável e estéril. | 306579 | UND | 30 | RS\$1.200,00 | 30 | RS\$36.000,00 |
| 76 | PAPILÓTOMO, AUTOCLAVÁVEL, PONTA TIPO AGULHA, AGULHA 0,4 MM X 3 MM, 2 PAPILÓTOMOS, 1 MANOPLA, 1 CABO ELETROCAUTÉRIO, USO EM CANAL DE BIÓPSIA 2,2 MM X 195 CM | PAPILÓTOMO TRIPLO LUMEN, ponta tipo agulha para pré corte que proporciona um acesso mais suave e menos traumático. possui triplo lumen que permite a injeção de contraste e uso de fio guia paralelamente. confeccionado em poliuretano, polietileno, tereftalato e locite. embalado individualmente. esterelizado em óxido de etileno. | 353859 | UND | 10 | RS\$2.592,00 | 10 | RS\$25.920,00 |
| 77 | PAPILÓTOMO, TRIPLO LÚMEN, PONTA DE FACA, CATETER 7 FR, DISTAL 5 FR, 210 CM, MANOPLA PLÁSTICA C/CONEXÃO ELETROCAUTÉRIO, AGULHA EXPOSIÇÃO DE 4 A 6 MM, PONTA 4,8 FR, RADIOPACA, COMPATÍVEL C/GUIA 0,035", EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL | PAPILÓTOMO DE PONTA TIPO FACA para pré corte, com sistema de acesso direto e ponta tipo faca no lugar do fio cortante. 5 fr, 4 mm de curva e cateter com 200 cm de comprimento. confeccionado em poliuretano, polietileno, tereftalato e locite. embalado individualmente. esterelizado em óxido de etileno. | 306580 | UND | 30 | RS\$700,00 | 30 | RS\$21.000,00 |
| 78 | FIO GUIA, NÃO VASCULAR, NITINOL, HIDROFÍLICO, 0,035", CERCA DE 400 CM, PONTA RETA, RADIOPACO, ESTÉRIL | FIO GUIA HIDROFÍLICO BILIAR STANDARD de 01 ponta distal radiopaca medindo 5.0 cm. apresenta revestimento apropriado para deslizamento fácil, listrado em duas cores para visualização da movimentação do fio guia. guia construída em nitinol. ponta tipo reta afunilada, comprimento de no mínimo 400 cm, diâmetro externo de 0,035" / 0,89 mm. estéril e descartável. | 452243 | UND | 80 | RS\$705,00 | 80 | RS\$56.400,00 |
| 79 | FIO GUIA, NÃO VASCULAR, NITINOL, HIDROFÍLICO, 0,025", CERCA DE 400 CM, PONTA RETA, RADIOPACO, ESTÉRIL | FIO GUIA HIDROFÍLICO BILIAR STANDARD de 01 ponta distal radiopaca medindo 5.0 cm. apresenta revestimento apropriado para deslizamento fácil, listrado em duas cores para | 452250 | UND | 20 | RS\$765,00 | 20 | RS\$15.300,00 |

| | | | | | | | | |
|----|--|---|--------|-----|----|-------------|----|--------------|
| | | visualização da movimentação do fio guia. guia construída em nitinol. ponta tipo reta afunilada, comprimento de no mínimo 400 cm, diâmetro externo de 0,025" / 0,89 mm. estéril e descartável. | | | | | | |
| 80 | FIO GUIA, VASCULAR, AÇO INOXIDÁVEL, HIDROFÍLICO, 0,018", CERCA DE 300 CM, PONTA RETA, RADIOPACO, ESTÉRIL | FIO GUIA HIDROFÍLICO BILIAR STANDARD de 01 ponta distal radiopaca medindo 5.0 cm. apresenta revestimento apropriado para deslizamento fácil, listrado em duas cores para visualização da movimentação do fio guia. guia construída em nitinol. ponta tipo reta afunilada, comprimento de no mínimo 400 cm, diâmetro externo de 0,018" / 0,89 mm. estéril e descartável. | 452282 | UND | 5 | R\$625,00 | 5 | R\$3.125,00 |
| 81 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CERCA DE 200 CM, TRIPLO LÚMEN, PONTA EM GANCHO, C/ MARCAS RADIOPACAS, P/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM E FIO GUIA 0,035", CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | BALÃO EXTRATOR BILIAR TRIPLO LÚMEN, descartável, estéril, com diferentes diâmetros de insuflação no mesmo dispositivo, variando de diâmetro mínimo em torno de 9 mm e máximo em torno de 12 mm, e injeção de contraste na ponta distal, acima do balão. cateter com 200 cm de comprimento. | 428882 | UND | 40 | R\$950,00 | 40 | R\$38.000,00 |
| 82 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CERCA DE 200 CM, TRIPLO LÚMEN, PONTA EM GANCHO, C/ MARCAS RADIOPACAS, P/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM E FIO GUIA 0,035", CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | BALÃO EXTRATOR BILIAR TRIPLO LÚMEN, descartável, estéril, com diferentes diâmetros de insuflação no mesmo dispositivo, variando de diâmetro mínimo em torno de 12 mm e máximo em torno de 15mm, e injeção de contraste na ponta distal, acima do balão. cateter com 200 cm de comprimento. | 428882 | UND | 40 | R\$950,00 | 40 | R\$38.000,00 |
| 83 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CERCA DE 200 CM, TRIPLO LÚMEN, PONTA EM GANCHO, C/ MARCAS RADIOPACAS, P/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM E FIO GUIA 0,035", CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | BALÃO EXTRATOR BILIAR TRIPLO LÚMEN, descartável, estéril, com diferentes diâmetros de insuflação no mesmo dispositivo, variando de diâmetro mínimo em torno de 15 mm e máximo em torno de 18 mm, e injeção de contraste na ponta distal, acima do balão. cateter com 200 cm de comprimento. | 428882 | UND | 10 | R\$1.015,00 | 10 | R\$10.150,00 |
| 84 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CE RCA DE 7 FR, CERCA DE 200 CM, C/ CANAL AUXILIAR P/ FIO GUIA, C/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM, CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CESTA PARA EXTRAÇÃO DE CÁLCULO BILIAR, estéril e descartável. compatível com dispositivo litotriptor, com função de extração e trituração de cálculos biliares, para canal de trabalho 3.2 mm. comprimento da cesta em torno de 40 mm e diâmetro em torno de 2,0 mm. comprimento de no mínimo 200 cm. | 428881 | UND | 10 | R\$1.004,25 | 10 | R\$10.042,50 |
| 85 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CE RCA DE 7 FR, CERCA DE 200 CM, C/ CANAL AUXILIAR P/ FIO GUIA, C/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM, CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CESTA TIPO BASKET, PARA EXTRAÇÃO DE CÁLCULOS BILIARES, uso em CPRE, material aço inoxidável, diâmetros de abertura variáveis: 2 a 3 cm; tamanho da cesta variável: 3 a 7 cm; comprimento mínimo 180cm, acoplável a manopla de litotritor. ao menos 2 tamanhos | 428881 | UND | 10 | R\$2.300,00 | 10 | R\$23.000,00 |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|-----------|-----|----|-------------|----|-------------|--|
| | | diferentes nos intervalos variáveis. | | | | | | | |
| 86 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CE RCA DE 7 FR, CERCA DE 200 CM, C/ CANAL AUXILIAR P/ FIO GUIA, C/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM, CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CESTA EXTRATORA DE CÁLCULOS BILIARES descartável e estéril, multifilamentada com 4 fios e injetor lateral. diâmetro em torno de 2,0 cm e comprimento em torno de 4,0, com abertura extra. comprimento total de no mínimo 180 cm. para canal a partir de 2,8 mm. | BR0428861 | UND | 10 | R\$690,00 | 10 | R\$6.900,00 | |
| 87 | SISTEMA EXTRATOR, POLÍMERO, BALÃO, CE RCA DE 7 FR, CERCA DE 200 CM, C/ CANAL AUXILIAR P/ FIO GUIA, C/ CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8 MM, CÁLCULOS BILIARES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CESTA EXTRATORA DE CÁLCULOS BILIARES descartável e estéril, multifilamentada com 4 fios e injetor lateral. diâmetro em torno de 3,0 cm e comprimento em torno de 6,0 cm, com abertura extra. comprimento total de no mínimo 180 cm. para canal a partir de 2,8 mm. | BR0428861 | UND | 10 | R\$690,00 | 10 | R\$6.900,00 | |
| 88 | ESCOVA, AÇO INOXIDÁVEL, DESMONTÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, CERDAS EM NYLON, PONTA METÁLICA, PROTEGIDA, EXTREMIDADE NÃO TRAUMÁTICA, CATETER DE TEFLON, 2 MM, P/ CITOLOGIA DE BRONCOSCOPIA, 120 MM | ESCOVA PARA CITOLOGIA EM CATETER DUPLO LUMEN, sistema tipo troca rápida, em torno de 8 fr, compatível com fio guia 0,035", diâmetro da escova em torno de 2,0 mm. produto estéril e de uso único. porta de entrada para injeção de contraste lateral. | BR0326238 | UND | 10 | R\$500,00 | 10 | R\$5.000,00 | |
| 89 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 7 fr e comprimento em torno de 9 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 2 | R\$800,00 | 2 | R\$1.600,00 | |
| 90 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 7 fr e comprimento em torno de 12 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 5 | R\$1.166,50 | 5 | R\$5.832,50 | |
| 91 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 7 fr e comprimento em torno de 15 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 5 | R\$1.166,50 | 5 | R\$5.832,50 | |
| 92 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 8,5 fr e comprimento em torno de 5 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 5 | R\$895,00 | 5 | R\$4.475,00 | |
| 93 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 8,5 fr e comprimento em torno de 9 cm. estéril e descartável. deve incluir | 442246 | UND | 2 | R\$1.343,00 | 2 | R\$2.686,00 | |

| | | | | | | | | |
|-----|--|---|--------|-----|----|--------------|----|---------------|
| | EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | | | | | | |
| 94 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 8,5 fr e comprimento em torno de 12 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 5 | RS\$1.171,50 | 5 | RS\$5.857,50 |
| 95 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 8,5 fr e comprimento em torno de 15 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 5 | RS\$1.171,50 | 5 | RS\$5.857,50 |
| 96 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 10 fr e comprimento em torno de 5 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 15 | RS\$1.171,50 | 15 | RS\$17.572,50 |
| 97 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 10 fr e comprimento em torno de 7 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 15 | RS\$1.171,50 | 15 | RS\$17.572,50 |
| 98 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 10 fr e comprimento em torno de 9 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 2 | RS\$1.343,00 | 2 | RS\$2.686,00 |
| 99 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 10 fr e comprimento em torno de 12 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 10 | RS\$1.171,50 | 10 | RS\$11.715,00 |
| 100 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, C/ SISTEMA INTRODUTOR, CERCA DE 8,5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR em teflon com diâmetro de 10 fr e comprimento em torno de 15 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442246 | UND | 2 | RS\$1.171,50 | 2 | RS\$2.343,00 |
| 101 | CONJUNTO DRENAGEM, PERCUTÂNEA, BILIAR, CATETER POLÍMERO PONTA PIGTAIL, CERCA DE 10 FR X 40 CM, MARCAS RADIOPACAS, COM SISTEMA | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR duplo pig tail em teflon com diâmetro de 10 fr, e comprimento em torno de 5 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da | 455974 | UND | 2 | RS\$945,00 | 2 | RS\$1.890,00 |

| | | | | | | | | |
|-----|---|---|--------|-----|----|-------------|----|--------------|
| | INTRODUTOR, ESTÉRIL, USO ÚNICO | prótese, podendo vir ou não previamente montado. | | | | | | |
| 102 | CONJUNTO DRENAGEM, PERCUTÂNEA, BILIAR, CATETER POLÍMERO PONTA PIGTAIL, CERCA DE 10 FR X 40 CM, MARCAS RADIOPACAS, COM SISTEMA INTRODUTOR, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE BILIAR duplo pig tail em teflon com diâmetro de 10 fr, e comprimento em torno de 12 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 455974 | UND | 2 | R\$829,67 | 2 | R\$1.659,34 |
| 103 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, CERCA DE 5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE PANCREÁTICA em teflon com diâmetro de 5 fr e comprimento em torno de 5 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótes, podendo vir ou não previamente montado. | 442242 | UND | 15 | R\$1.518,45 | 15 | R\$22.776,75 |
| 104 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, POLÍMERO, CERCA DE 5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE PANCREÁTICA em teflon com diâmetro de 5 fr e comprimento em torno de 7 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótese, podendo vir ou não previamente montado. | 442242 | UND | 10 | R\$1.361,13 | 10 | R\$13.611,30 |
| 105 | ENDOPRÓTESE LUMINAL, STENT, BILIAR, P OLÍMERO, CERCA DE 5 FR X 5 A 15 CM, ANCORADORES EXTERNOS NAS EXTREMIDADES, C/ MARCAS RADIOPACAS, ESTÉRIL, USO ÚNICO | CONJUNTO (KIT) DE PRÓTESE PANCREÁTICA em teflon com diâmetro de 5 fr e comprimento em torno de 9 cm. estéril e descartável. deve incluir empurrador da prótes, podendo vir ou não previamente montado. | 442242 | UND | 10 | R\$1.361,13 | 10 | R\$13.611,30 |
| 106 | PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO: SONDA, TIPO PONTA: PONTA FACIA TRIANGULAR CORTANTE, DIÂMETRO PONTA: CERCA DE 4,5 MM, DIMENSÃO: P/ CANAL CERCA DE 2,8 MM X 160 CM, HASTE: HASTE ISOLADA, COMPONENTE 1: C/ INJETOR, COMPONENTE 2: MANOPLA C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO | BISTURI ELETROCIRURGICO PARA ESD TRIANGLE TIP KNIFE; comprimento do bisturi 4.5mm; espessura da ponta 0.4mm; canal minimo de trabalho 2.8mm. comprimento util 165cm | 470178 | UND | 1 | R\$2.779,04 | 1 | R\$2.779,04 |
| 107 | AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO ASPIRATIVA P/ ECO ENDOSCOPIA, DIMENSÃO 22G, TIPO PONTA PONTA ESTILETE 2MM, COMPONENTE BAINHA 5,2 FR C/ MANOPLA E TRAVA DE SEGURANÇA, COMPONENTE I AVANÇO ATÉ 8CM, COMPONENTE II SERINGA , TORNEIRA 1 VIA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL P/ CANAL MÍN. DE 2,0MM, CONECTOR CONECTOR LUER LOCK, TIPO USO USO ÚNICO, ESTERILIDADE ESTÉRIL | AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO ASPIRATIVA P/ ECO ENDOSCOPIA, dimensão 22g, tipo ponta ponta estilete 2mm, componente bainha 5,2 fr c/ manopla e trava de segurança, componente i avanço até 8cm, componente ii seringa , torneira 1 via, característica adicional p/ canal mín. de 2,0mm, conector conector luer lock, tipo uso uso único, esterilidade estéril | 422558 | UN | 15 | R\$1.145,00 | 15 | R\$17.175,00 |
| 108 | AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO ASPIRATIVA P/ ECO ENDOSCOPIA, DIMENSÃO 19G, TIPO PONTA PONTA ESTILETE 2MM, COMPONENTE BAINHA 4,2 / 5,2FR, MANOPLA E TRAVA DE SEGURANÇA, COMPONENTE I AVANÇO | AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO ASPIRATIVA P/ ECO ENDOSCOPIA, dimensão 19g, tipo ponta ponta estilete 2mm, componente bainha 4,2 / 5,2fr, manopla e trava de segurança, componente i avanço até 8cm, componente ii seringa | 422559 | UN | 5 | R\$1.150,00 | 5 | R\$5.750,00 |

| | | | | | | | | |
|-------------|--|--|--------|-----|----|-------------|----|-----------------|
| | ATÉ 8CM, COMPONENTE II SERINGA , TORNEIRA 1 VIA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL P/ CANAL MÍN. DE 2,0MM, CONECTOR CONECTOR LUER LOCK, TIPO USO USO ÚNICO, ESTERILIDADE ESTÉRIL | torneira 1 via, característica adicional p/ canal mín. de 2,0mm, conector conector luer lock, tipo uso uso único, esterilidade estéril | | | | | | |
| 109 | IDEM ITEM 5 - COTA RESERVADA ME/EPP EM 25 % - CLIPE USO CIRÚRGICO, TITÂNIO, HEMOSTÁTICO, MÉDIO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL | CLIP METÁLICO, UTILIZADO PARA HEMOSTASIA EM ENDOSCOPIA ALTA E COLONOSCOPIA, abertura de 11 mm, pré-carregado, radiopaco e com sistema flexível, manopla de dois pontos de suporte, compatível com canal de trabalho de 2,8 mm, click audível para alerta de liberação do clip, cateter de 235 cm de comprimento, sistema que permite abrir e fechar ate 05 vezes antes de ser liberado do cateter. | 443988 | UND | 50 | R\$639,00 | 50 | R\$31.950,00 |
| 110 | IDEM ITEM 27 - COTA RESERVADA ME/EPP EM 25 % - BALÃO INTRAGÁSTRICO, RECOBERTO SILICONE, BOLSA DUPLA, 2 PAVIMENTOS, PARA TRATAMENTO OBESIDADE MÓRBIDA, ESTÉRIL, RADIOPACO, BIOCMPATÍVEL, PARA APROXIMADAMENTE 500CC DE VOLUME | BALÃO INTRAGÁSTRICO para terapia de emagrecimento, material recoberto silicone, características adicionais bolsa dupla, 02 pavimentos, impregnada ouro, aplicação por endoscopia digestiva alta, esterilidade estéril, uso radiopaco, biocompatível, que comporte de 400 a 700 ml de volume. | 365402 | UND | 10 | R\$3.949,50 | 10 | R\$39.495,00 |
| 111 | IDEM ITEM 62 - COTA RESERVADA ME/EPP EM 3,75 % - SONDA TRATO DIGESTIVO, P/ GASTROSTOMIA, SILICONE, CERCA DE 24 FRENCH, CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, SISTEMA PARA FIXAÇÃO, DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, CONJUNTO COMPLETO P/ VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTÉRIL, EMBALAGEM | CONJUNTO DE GASTROSTOMIA ENDOSCÓPICA PRIMEIRA PASSAGEM, material silicone, componentes seringa, fio guia, bisturi, campo estéril, sonda de gastrostomia calibre 24FR, aplicação gastrostomia endoscópica percutânea, características adicionais tesoura, alça fria de aço. | 440104 | UND | 3 | R\$1.050,00 | 3 | R\$3.150,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | | | R\$2.277.472,94 |

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço por item.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. Para os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107 e 108 a participação será EXCLUSIVA a microempresas (MEE) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.6. Os itens 109, 110 e 111 são cotas reservadas para microempresas (MEE) e empresas de pequeno porte (EPP).

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da homologação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.8. Informações complementares:

1.8.1. Em caso de divergência entre as especificações do CATMAT e a descrição complementar dos itens no Termo de Referência, prevalecerá as deste último.

1.8.2. **REGISTRO DO MATERIAL NA ANVISA** - Os itens licitados deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária em estrita observância aos preceitos da Lei nº 6.360/76 e de seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 8077, de 14 de agosto de 2013, atendidas, ainda, as normas

expressas na Resolução RDC nº 185-ANVISA de 22 de outubro de 2001. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

5.1.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos estão de acordo com no Art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei nº. 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.

5.1.2. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

5.1.3. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.4. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação;

5.1.5. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.6. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

5.1.7. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

5.1.8. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.2. Nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

5.3. Na aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade os produtos ou materiais solicitados são de USO ÚNICO, conforme Nota Técnica nº 001/2013/GEMAT/GGTPS/ANVISA e não são passíveis de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento, conforme RDC nº 15 de 15 de março de 2012 - que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Informo ainda que os materiais a serem adquiridos não se enquadram na Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, conforme IN IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.

5.4. Os materiais contaminados durante ato cirúrgico serão descartados pelo Centro Cirúrgico.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, nos seguintes endereços:

6.1.1. **112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:** Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.

6.1.2. A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

6.1.3. A “ORDEM DE FORNECIMENTO”, será emitida no Sistema SEI do HFA, com o QR de comprovação de autenticidade, assinado pelo chefe do setor ou seu substituto.

6.1.4. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

6.2. O prazo estabelecido no item 6.1 poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

6.3. Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

6.4. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. POR OCASIÃO DA ENTREGA DO OBJETO, OS MATERIAIS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE CRITÉRIOS DE VALIDADE:

6.9.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (cinquenta por cento) a partir da data de fabricação.

6.9.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

6.10. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS:

6.10.1. Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) grátis do(s) item(ns) para verificação da compatibilidade conforme a ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES presentes no Edital e consequente aceitação da proposta, em local e prazo indicado.

6.10.2. O processo de avaliação das amostras ocorrerão na Seção Gastroenterologia do Hospital das Forças Armadas - Setor HFA - Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº - Sudoeste - Brasília/DF - Brasil - CEP 70673-900, em dia e horário previamente acertado com a empresa, logo após a fase classificatória, deverão ser entregues no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de convocação, a ser feita via chat no Comprasnet ou email.

6.10.2.1. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo pregoeiro e equipe de apoio.

6.10.3. Os exemplares colocados à disposição do HFA serão tratados como protótipos, e deverão estar devidamente identificadas com nome do licitante, número do item correspondente, e dispor na embalagem às suas características, tais como, data de fabricação, prazo de validade, sua marca, nº de referência, código do produto e modelo, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.10.4. Os licitantes/classificados deverão colocar à disposição todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, equipe técnica para apresentação e demonstração, equipamentos/instrumental, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio.

6.10.5. O parecer técnico e análise do material serão devolvidos pela Chefia da Seção de Gastroenterologia, que registrará em formulário o resultado da análise e os critérios observados, impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião do profissional que realizou o teste e se está em conformidade com a descrição técnica do Termo de Referência. A Chefia da Gastroenterologia atestará o produto com o nome, assinatura e data em que o parecer foi devolvido, considerando os seguintes critérios estabelecidos:

6.10.5.1. **EMBALAGEM:** Observar se o invólucro protege adequadamente o produto/material; facilidade de abertura da embalagem sem delaminação e suas características, tais como data fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo, estão registrados de forma clara na embalagem.

6.10.5.2. **INSTRUÇÃO DE USO:** Verificar a existência de orientação/instruções de uso que orientem a utilização adequada do produto/material, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.10.5.3. **PRATICIDADE:** Verificar praticidade de utilização do material.

6.10.5.4. **ACABAMENTO:** Observar qualidade do acabamento do produto/material.

6.10.5.5. **CONFORMIDADE TÉCNICA:** Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital.

6.10.5.6. **MANUSEIO:** Avaliar se o produto/material é de fácil manuseio.

6.10.5.7. **ACABAMENTO:** Observar qualidade do acabamento do produto/material.

6.10.5.8. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:** Observar se a especificação do fabricante está compatível com a finalidade e com características técnicas adequadas conforme **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES** presentes no Edital; considerar método de esterilização empregado quando for o caso.

6.10.5.9. **SEGURANÇA:** Observar se o produto propicia condições de utilização seguras segundo as normas de Boas Práticas.

6.10.5.10. **OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR:** Registrar impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião dos profissionais que realizaram o teste e se está em conformidade com a **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL/OBSERVAÇÕES** do Termo de Referência.

6.10.6. O licitante que deixar de encaminhar amostra no prazo estabelecido e/ou deixar de atender convocação relativa à apresentação de amostra terá sua proposta recusada, assim como no caso de reprovação da amostra.

6.10.7. As amostras aprovadas ou reprovadas deverão ser retiradas pela empresa no prazo de 3 (três) dias úteis após avaliação, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10.8. Não serão aceitas amostras em desacordo com o estabelecido no Edital.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|----------|------------------|---|
| I = (TX) | I = (6/100)/ 365 | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%. |
|----------|------------------|---|

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. por se tratar de aquisição para pronta entrega;

14.1.2. o pagamento ao fornecedor somente ocorrerá após o recebimento definitivo do bem, não acarretando em obrigações futuras; e

14.1.3. não ser um objeto de alta complexidade.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

15.2. A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

15.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional.

15.4. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 17.3.1.1.1. Para os itens 4, 5, 27, 50, 62, 65, 74 e 78 será exigido que a licitante comprove o fornecimento de bens em características compatíveis na quantidade mínima de 20% do item vencido pela mesma.
- 17.3.1.1.2. Para fim de comprovação de quantitativo constante no (s) atestado (s), quando não estiver discriminado, poderá ser através de instrumento de contrato ou Nota Fiscal ou outro documento equivalente.
- 17.3.1.1.3. Para efeito de comprovação de quantitativo, será admitido somatório de atestados.
- 17.3.1.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante
- 17.4. O critério de aceitabilidade de preços não será sigiloso, os valores são os descritos na tabela constante do item 1 deste Termo de Referência.
- 17.4.1. Valor Global: R\$ 2.277.472,94 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos).
- 17.4.2. Valores unitários: conforme a tabela constante do Item 1.1 deste Termo de referência.
- 17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.
- 17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
18. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.277.472,94 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos).
- 18.2. O valor de referência é igual ao valor máximo aceitável que também é o valor unitário, conforme consta na tabela do Item 1.1.
19. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
20. **APÊNDICE**
- 20.1. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte apêndice:
- 20.1.1. Apêndice I Estudo Técnico Preliminar (5427316).



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Pregão Eletrônico SRP nº XX/2022
Processo Administrativo Nº 60550.026457/2021-82**

O Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), com sede no Setor HFA S/Nº - Sudoeste, CEP 70.673-900, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado(a) pelo Sr CEL ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES, nomeado(a), publicado no Boletim Interno nº 137/HFA, de 21 de julho de 2021, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma

eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2022, publicada no Diário Oficial nº _____ de ____/____/2021, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Decreto 8.250, de 23 de maio de 2014 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME, para a Seção de Gastroenterologia/Endoscopia Digestiva Alta do HFA e visa atender as necessidades do setor e serão utilizados em procedimentos cirúrgicos, objetivando tratar pacientes acometidos por patologias do trato digestivo, pacientes que necessitam de intervenções cirúrgicas de urgências, emergências e eletivas, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº XX/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|------------|----------|-----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade | Valor Un | Prazo garantia/ validade |
| I | | | | | | | |
| ... | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta)** por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **DOBRO** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da homologação, ou seja, de/...../..... a/...../....., não podendo ser prorrogada.

4.2. Encerrada a vigência, caso exista empenhos não liquidados, permanece as obrigações desta ATA, enquanto não forem liquidados.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. **DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada no sistema SEI, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Brasília-DF, __de_____ de 2022.

Pelo HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:

ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES - Cel R/1 (EB)
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas

Pela EMPRESA:

Representante Legal

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À SEÇÃO DE LICITAÇÕES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

REF: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2022

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

Estamos cotando os itens a seguir relacionados, com vista ao seu fornecimento ao Hospital das Forças Armadas, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital, os itens a seguir:

| ITEM | OBJETO | UND | REGISTRO ANVISA | LOCAL ENTREGA | QTD TOTAL | PREÇO (RS) (DES ICMS) | PERC ICMS (%) | VL UNIT COM ICMS | VALOR TOTAL DO ITEM (RS) |
|---|---|-----|-----------------|-------------------|-----------|-----------------------|---------------|------------------|--------------------------|
| 1 | (DESCRIÇÃO COMPLETA DO ITEM CONTENDO FABRICANTE, MARCA E MODELO). | | | HFA (Brasília-DF) | | | | | |
| 2 | | ... | | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2022 | | | | | | | | (RS) | |

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Validade da proposta: _____ dias.

Prazo de entrega do objeto: Até _____ Dias

Banco: Agência: Conta:

Praça de pagamento: Contato:

Fone: e-mail:

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

CIDADE/ESTADO, _____ de _____ de 2022.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



Documento assinado eletronicamente por **Alexander Markel Cota Diniz Rodrigues, Chefe**, em 10/08/2022, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5430510** e o código CRC **48EBCDB5**.